

A CONDIÇÃO OPERÁRIA, DE SIMONE WEIL

LA CONDITION OUVRIÈRE,
DE SIMONE WEIL

<https://doi.org/10.26512/rfmc.v12i2.55233>

Tradutores*

Philippe Lacour
Jade Oliveira Chaia
Diule Fideles Souza da Silva
Jéssica da Silva Ferreira
Michelly Alves Teixeira
Roberto Guimarães
Rogério Santos dos Prazeres

* Integrantes do grupo de *Tradução de Língua Francesa (TraduXio)* do Departamento de Filosofia e do Programa de Pós-Graduação em Filosofia da Universidade de Brasília, vinculado ao *Núcleo de Filosofia de Expressão Francesa*, ambos coordenados pelo Professor Dr. Philippe Lacour.

A Condição Operária¹

Estudos anteriormente publicados sobre a condição operária em vários países mostram claramente, quando comparados, quanta distância separa indivíduos que carregam todos o mesmo nome de operários. Mesmo assim, pecavam gravemente por abstração; pois de uma profissão para outra, de uma cidade para outra, e até mesmo de um canto para outro da mesma fábrica, quantas diferenças! Ainda mais de um país para outro. Todos os operários trabalham submetidos a ordens, sujeitos a um salário. No entanto, além da denominação, existe algo em comum entre um operário japonês ou indochinês e um operário sueco ou francês depois de junho de 1936? Eu digo “depois de junho de 1936” porque, durante os anos sombrios que o precederam, a condição material e moral dos operários franceses tendia cruelmente a se aproximar das piores formas de trabalho assalariado.

O exame destas diferenças sugere que elas poderiam, sem dúvida, ir ainda mais longe. Alguns homens poderiam ir mais longe na miséria e na escravidão, mais longe no bem-estar e na independência do que os operários mais desafortunados e menos felizes, e ainda carregar a denominação de operários, de assalariados. É a isso que deveríamos, por todos os lados, dar mais atenção. Alguns, que desdenham as reformas como uma forma de ação covarde e pouco eficaz, refletiriam que é melhor mudar as coisas do que as palavras, e que as grandes agitações mudam sobretudo as palavras. Outros, que detestam as reformas vistas como utópicas e perigosas, perceberiam que acreditam em fatalidades ilusórias e que as lágrimas, a exaustão e o desespero talvez não sejam tão indispensáveis para a ordem social como se imaginam.

É verdade, porém, que há algo de singularmente instável nas formas mais elevadas da condição operária; mesmo estas oferecem pouca segurança. Ao redor, as ondas da miséria geral agem como um mar que corrói ilhotas. Os países onde os trabalhadores são miseráveis exercem pela sua existência uma pressão perpétua sobre os países de progres-

¹ Publicação original: *La condition ouvrière*. Paris : Les Éditions Gallimard, 1951.

so social para atenuar o progresso; e sem dúvida a pressão inversa é exercida também, mas aparentemente muito mais fraca, pois a primeira pressão tem como mecanismo o jogo das trocas econômicas, enquanto a segunda o do contágio social. No restante, quando o progresso social toma a forma de uma perturbação revolucionária, também a situação é exatamente a mesma; ou melhor, o povo de um Estado revolucionário parece ser ainda mais vulnerável a este fenômeno e mais desarmado que todos os outros. Há aqui um obstáculo considerável à melhoria da situação dos trabalhadores. Muitos, enganados por esperanças inebriantes, cometem o erro de esquece-lo. Outros, movidos por esperanças generosas, cometem o erro de confundir este obstáculo com aqueles ligados à natureza das coisas.

Esse último erro permanece por uma certa confusão de linguagem. Atualmente, fala-se incessantemente da produção. “Para consumir, é preciso primeiro produzir, e para produzir é preciso trabalhar”. Eis o que, desde junho de 1936, se ouve repetir por toda parte, do *Temps* até os órgãos da CGT, e o que, é claro, não se ouve contestar em nenhum lugar, exceto por aqueles que são seduzidos pelas formas modernas do mito do movimento perpétuo. Isso, de fato, é um obstáculo para o desenvolvimento geral do bem-estar e do lazer e que pertence à natureza das coisas. Mas por si só não é tão grande como ordinariamente se imagina. Pois só é necessário produzir o que é necessário consumir.

Acrescentemos aí ainda o útil e o agradável, desde que se trate de verdadeira utilidade e de prazeres puros. Para dizer a verdade, a justiça não encontra seu lugar no espetáculo de milhares de homens padecendo para proporcionar a alguns privilegiados prazeres refinados. Mas o que dizer dos trabalhos que oprimem uma multidão de infelizes sem sequer proporcionar aos privilegiados, grandes e pequenos, uma verdadeira satisfação? E quantos desses trabalhos têm lugar em nossa produção total, se ousássemos fazer as contas?

No entanto, esses trabalhos também são necessários - uma necessidade que não se deve a natureza das coisas, mas às relações humanas; inúteis para todos, são necessários porque são praticados em todos os outros lugares. Nem sempre é fácil a distinção entre essas duas espécies

de necessidades, a verdadeira e a falsa, mas há um critério seguro para isso. Há produtos cuja escassez em um país é ainda mais grave, porque também se estende para o resto do mundo; para outros, quanta mais generalizada for a escassez, menos inconveniente ela será. Podemos distinguir, grosseiramente, duas classes de trabalho.

Se a colheita de trigo na França caísse para metade, como resultado de algum flagelo, os franceses teriam de colocar todas as suas esperanças no excesso de trigo produzido no Canadá ou noutra parte; a sua situação se tornaria irremediável se a colheita tivesse, ao mesmo tempo, diminuído para a metade em todo o mundo. Pelo contrário, se a produção das fábricas de guerra francesas diminuir em meio dia, nenhum dano resultaria para a França, desde que uma redução semelhante ocorresse em todas as fábricas de guerra do mundo. O trigo, de um lado, e a produção bélica, de outro, constituem exemplos perfeitos da oposição que deve ser esclarecida. Mas a maioria dos produtos participa, em diferentes graus, de uma ou de outra categoria. Eles são usados por uma parte para serem consumidos, e por outra parte, seja para a guerra ou seja para aquela luta análoga à guerra que chamamos de competição. Se pudéssemos traçar um esquema no qual figurasse a produção atual e esclarecesse esta divisão, mediríamos exatamente, dia após dia, quanto suor e lágrimas os homens acrescentam à maldição original.

Tomemos o exemplo do automóvel. Na situação actual das trocas, o automóvel é um instrumento de transporte que não poderia ser suprimido sem graves perturbações; mas a quantidade de automóveis que saem das fábricas todos os dias excede em muito aquela abaixo da qual essas desordens ocorreriam. Contudo, uma diminuição considerável do rendimento do trabalho nestas fábricas teria efeitos desastrosos, porque os automóveis ingleses, italianos e americanos, mais abundantes e mais baratos, invadiriam o mercado e causariam falência e desemprego. Isto porque um carro não serve apenas para circular na estrada, ele é também uma arma na guerra permanente travada entre a produção francesa e a de outros países. As barreiras alfandegárias, como todos sabemos, são meios de defesa ineficazes e perigosos.

Philippe Lacour; Jade Oliveira Chaia;
Diule Fideles; Jéssica Ferreira; Michelly Teixeira;
Roberto Guimarães; Rogério dos Santos

Imaginemos agora uma semana de trinta horas estabelecida em todas as fábricas de automóveis do mundo, assim como um ritmo de trabalho mais lento. Quais catástrofes resultarão disso? Nenhuma criança terá menos leite, nenhuma família terá mais frio e até provavelmente, nenhum patrão de fábrica de automóvel terá uma vida menos satisfatória. As cidades se tornarão menos barulhentas, as estradas às vezes recuperarão o benefício do silêncio. Na verdade, nessas condições muitas pessoas seriam privadas do prazer de ver as paisagens passarerm a uma velocidade de cem quilômetros por hora. Por outro lado, milhares, milhares e milhares de trabalhadores poderiam respirar, desfrutar do sol, mover-se no ritmo da respiração, fazer outros gestos que não os impostos por ordens. Todos esses homens, que morrerão, conhecerão da vida antes de morrer, outra coisa que a vertiginosa e monótona pressão de horas de trabalho, a sobrecarga dos períodos de repouso demasiado curtos, a miséria insondável dos dias de desemprego e dos anos de velhice. É verdade que os estatísticos, contabilizando os automóveis, encontrariam um recuo na via do progresso.

A rivalidade militar e econômica é hoje e, provavelmente continuará sendo, um fato que só pode ser eliminado pela criação de fantasias; não é uma questão de eliminar a concorrência neste país, muito menos no mundo. O que aparece como eminentemente desejável, seria acrescentar algumas regras ao jogo da concorrência. A resistência da chapa metálica ao corte ou a estampagem é mais ou menos a mesma em todas as fábricas de mecânica do mundo; se o mesmo pudesse ser dito da resistência dos operários à opressão, nenhum dos efeitos benéficos da concorrência desapareceriam, e quantas dificuldades sumiriam! No movimento operário, essa necessidade de estender ao mundo inteiro as conquistas operárias de cada país socialmente avançado, já se tornou lugar comum a muito tempo. Depois da guerra, a luta de tendências girava essencialmente em torno da questão de saber se era necessário procurar garantir essa extensão por meio da revolução mundial, ou por meio da Organização Internacional do Trabalho. Não sabemos o que teria resultado da revolução mundial, mas a OIT, deve-se admitir, não teve um sucesso brilhante.

À primeira vista, poderíamos supor que quando um país alcança os progressos sociais que o comprometem na luta econômica, todas as classes sociais desse país devem, pelo menos por interesse próprio, unir seus esforços para dar às reformas realizadas a maior extensão possível além das fronteiras. Entretanto, não é assim. As nossas publicações mais respeitáveis, geralmente consideradas porta-vozes da alta burguesia, repetem incessantemente que a reforma das quarenta horas será admirável se se tornar internacional, mas um fracasso se ocorrer apenas na França. Isso não impediu, salvo engano, que alguns de nossos representantes patronais em Genebra votassem contra as quarenta horas.

Tais coisas não teriam lugar se os homens fossem guiados apenas pelo interesse próprio; mas ao lado do interesse, há o orgulho. É bom ter inferiores; é doloroso ver os inferiores adquirirem direitos, mesmo limitados, que estabelecem entre eles e os seus superiores, em certos aspectos, uma certa igualdade. Preferiríamos conceder-lhes as mesmas vantagens, mas a título de favor; preferiríamos, acima de tudo, falar da concessão. Quando finalmente adquirem direitos, preferimos que a pressão econômica externa venha a prejudicá-los, não sem danos de todos os tipos, em vez de obter a extensão fora das fronteiras. A preocupação mais premente de muitos homens em posições mais ou menos superiores na escala social é manter os seus inferiores “no seu lugar”. Afinal, não sem razão; porque se uma vez saírem do “seu lugar”, quem sabe até onde irão?

O internacionalismo operário deveria ser mais eficaz; infelizmente não estaríamos muito errados ao compará-lo ao jumento de Roland, que tinha todas as qualidades, exceto a de existir. Mesmo a Internacional socialista da pré-guerra era sobretudo uma fachada, e a guerra mostrou claramente. A fortiori nunca houve, na Associação Internacional dos Trabalhadores, hoje tão cruelmente mutilada por Estados ditatoriais, nem ação conjunta, nem mesmo contato permanente entre os diferentes movimentos nacionais. Sem dúvida, nos grandes momentos, o entusiasmo ultrapassa as fronteiras; podemos constatar isso nesse mês épico de junho de 1936, e vimos a ocupação das usinas não apenas ser tentada na Bélgica, mas também atravessar o oceano e encontrar uma extensão inesperada nos Estados Unidos. Sem dúvida, também assis-

Philippe Lacour; Jade Oliveira Chaia;
Diule Fideles; Jéssica Ferreira; Michelly Teixeira;
Roberto Guimarães; Rogério dos Santos

timos por vezes a uma grande luta operária parcialmente alimentada por subscrições do estrangeiro. Contudo, não há estratégia ajustada, os estados-maiores não unem as suas armas e não mantêm a unidade em suas reivindicações; constata-se frequentemente até mesmo um surpreendente desconhecimento a respeito do que se passa fora do território nacional. O internacionalismo operário tem sido até agora mais verbal do que prático.

Quanto ao governo, a sua ação seria decisiva nessa matéria, se atuasse. Porque um certo nivelamento das condições de vida dos operários em diferentes países – nivelamento ascendente, se assim podemos dizer – apenas pode ser concebido como um elemento desta famosa resolução geral dos problemas econômicos mundiais que todos reconhecem como indispensável para a paz e a prosperidade, mas que nunca é abordada. Reciprocamente, a ação operária será, por um triste paradoxo, e malgrado as doutrinas internacionais, um obstáculo ao afrouxamento das relações internacionais enquanto nos permitirmos viver na deplorável incúria atual.

É por isso que os operários franceses sempre terão medo de que trabalhadores de países superpopulosos entrem na França, enquanto os estrangeiros forem legalmente relegados a uma situação de párias, privados de toda espécie de direitos, sem poder participar da menor ação sindical sem correr o risco de morrer lentamente de pobreza, à mercê de expulsão. O progresso social de um país tem como consequência paradoxal a tendência a fechar as fronteiras para produtos e pessoas. Se os países de ditadura se fecharem em si mesmos por causa da obsessão pela guerra, e se os países mais democráticos os imitarem, não somente porque estão contaminados por essa obsessão, mas também por causa do progresso alcançado por eles, o que podemos esperar?

Todas as considerações de ordem nacional e internacional, econômica e política, técnica e humanitária, juntam-se para aconselhar buscando a ação. Especialmente desde que as reformas realizadas em junho de 1936, e que, dizem alguns, colocam nossa economia em perigo, são apenas uma pequena parte das reformas imediatamente desejáveis. Pois a França não é somente uma nação; ela é um Império. E uma multidão

REFERÊNCIAS

WEIL, Simone. *La condition ouvrière*. Paris : Les Éditions Gallimard, 1951.

Outras traduções do grupo:

LACOUR, Philippe Claude; CHAIA, Jade Oliveira; MELO, Felipe Matos Lima; SBERVELHERI, Mariana Mendes; TEIXEIRA, Michelly Alves. Carta aos indochineses: Simone Weil. *PÓLEMOS – Revista de Estudantes de Filosofia da Universidade de Brasília*, v. 8, n. 15, p. 204-210, 2019. DOI: <https://doi.org/10.26512/pl.v8i15.26176>.

THIERRY LACOUR, Philippe Claude; OLIVEIRA CHAIA, Jade; ALVES TEIXEIRA, Michelly; MATOS LIMA MELO, Felipe; MENDES SBERVELHERI, Mariana; MUCURY TEIXEIRA, Manuella; RANDAL E ZITTI, Sèdjro Crédo. Sobre a questão colonial e a sua relação com o destino do povo francês. *PÓLEMOS – Revista de Estudantes de Filosofia da Universidade de Brasília*, v. 9, n. 17, p. 226–254, 2020. DOI: <https://doi.org/10.26512/pl.v9i17.29781>

LACOUR, Philippe; OLIVEIRA CHAIA, Jade; MATOS LIMA MELO, Felipe; MENDES SBERVELHERI, Mariana; MUCURY TEIXEIRA, Manuella; ALVES TEIXEIRA, Michelly; CEPPAS, Filipe. “O Marrocos ou a prescrição em termos de roubo“ de Simone Weil. *Revista de Filosofia Moderna e Contemporânea*, v. 8, n. 2, p. 429-433, 2020. DOI: <https://doi.org/10.26512/rfmc.v8i2.34285>.

OLIVEIRA CHAIA, Jade; ALVES TEIXEIRA, Michelly; LACOUR, Philippe. Quem é o culpado pelas iniciativas antifrancesas?. *PÓLEMOS – Revista de Estudantes de Filosofia da Universidade de Brasília*, v. 9, n. 18, p. 433–442, 2020. DOI: <https://doi.org/10.26512/pl.v9i18.30526>

OLIVEIRA CHAIA, Jade; ALVES TEIXEIRA, Michelly; THIERRY LACOUR, Philippe Claude. “O Sangue Corre na Tunísia“ de Simone Weil. *Revista de Filosofia Moderna e Contemporânea*, v. 8, n. 3, p. 293–295, 2021. DOI: <https://doi.org/10.26512/rfmc.v8i3.35091>.

Philippe Lacour; Jade Oliveira Chaia;
Diule Fideles; Jéssica Ferreira; Michelly Teixeira;
Roberto Guimarães; Rogério dos Santos

OLIVEIRA CHAIA, Jade; ALVES TEIXEIRA, Michelly; THIERRY LACOUR, Philippe Claude. Esses membros palpitantes da pátria. *PÓLEMOS – Revista de Estudantes de Filosofia da Universidade de Brasília*, v. 10, n. 19, p. 279–292, 2021. DOI: <https://doi.org/10.26512/pl.v10i19.35005>.

Recebido em 15 de agosto de 2024

Aprovado em 30 de agosto de 2024

Publicado em 13 de dezembro de 2024

